



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1903283 - AM (2020/0285207-5)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**REQUERENTE** : AMAZONN PRIME ENTRETENIMENTO LTDA  
**ADVOGADO** : MAURÍCIO LIMA SEIXAS - AM007881  
**REQUERIDO** : ANGELUS LOCACOES LTDA  
**ADVOGADO** : MÔNICA VICENTE TAKETA - AM007988

### DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por AMAZONN PRIME ENTRETENIMENTO LTDA, no bojo da qual requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Para tanto, sustenta a presença do *periculum in mora*, aduzindo que o juízo de origem teria determinado o bloqueio de valores nas contas da empresa e das sócias.

Defende a nulidade do processo, tendo em vista a ocorrência de cerceamento de defesa, visto que o patrono não foi intimado para realização de sustentação oral.

É o relatório. Decido.

Na dicção do art. 995, parágrafo único, do CPC, "a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

A concessão da medida pressupõe a constatação da presença simultânea dos requisitos autorizadores, vale dizer, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso posto, as alegações deduzidas quanto à suposta nulidade do processo não têm o condão de configurar o requisito necessário à concessão da liminar, cuja medida reveste-se de caráter excepcional.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Registre-se que não restou demonstrado o perigo de dano, porquanto ao argumento de que poderá ser alvo de constrição de valores não demonstra a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso, a ponto de justificar a atuação em regime de plantão.

Ante o exposto, indefere-se o pedido, sem prejuízo de ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência